



LEITURAS E DISCURSOS SOBRE AGRICULTURA URBANA: Um debate em construção

Autores:

CLAUDIA SOUZA DE MELLO - PPGAU-UFF - claudiasouzamello@gmail.com

Resumo:

O artigo aborda a temática da agricultura urbana como prática social de apropriação do espaço urbano, trazendo algumas experiências e um quadro sintético da cidade do Rio de Janeiro. Inicialmente, abarcamos alguns diálogos teóricos sobre o tema, discorrendo sobre abordagens utilizadas nos estudos do fenômeno. A seguir, exploramos o conceito de urbano e de utopia experimental em Lefebvre, acreditando que estes auxiliarão na compreensão e análise das práticas. Por último, apresentamos duas leituras referentes aos movimentos de agricultura urbana na cidade em questão. De um lado, as práticas dos agricultores tradicionais que se mantêm e resistem em seus territórios, hoje, áreas periurbanas; e, de outro, as práticas dos coletivos urbanos que se apropriam de espaços (públicos) urbanos, em geral, áreas intra-urbanas, através de intervenções temporárias. O estudo nos possibilitou perceber que ambas as práticas narram resistência por apropriações democráticas, sejam através da permanência ou impermanência no território.

LEITURAS E DISCURSOS SOBRE AGRICULTURA URBANA:

Um debate em construção

INTRODUÇÃO

“Eu gostaria de acompanhar alguns dos procedimentos - multiformes, resistentes, astuciosos e teimosos – que escapam à disciplina sem ficarem mesmo assim fora do campo onde se exerce, e que deveriam levar a uma teoria das práticas cotidianas, do espaço vivido e de uma inquietante familiaridade da cidade.” (CERTEAU, p.175)

Os espaços da prática da agricultura urbana, como ambientes multifuncionais, têm surgido em muitos países como ecossistemas agrícolas, assegurando, além das áreas verdes, os produtos alimentares e os benefícios econômicos. A prática não é recente, cresce, no entanto, o número de pessoas que cultiva produtos orgânicos em hortas comunitárias, atraídos tanto pela questão da alimentação saudável e do bem-estar, como dos benefícios ao meio ambiente. Em diversos países, inclusive no Brasil, há iniciativas de hortas urbanas organizadas pela população em áreas públicas e privadas ou, ainda, fomentadas pelo poder público. Cresce, também, o número de pessoas que cultiva seus alimentos em casa ou apartamento e compartilha mudas, sementes e colheitas.

O “Seminário Internacional - Agricultura Urbana: Paisagens de inclusão”¹ abordou a agricultura urbana como estratégia global, desafiando o conceito de atividade multidimensional, na medida em que possui várias funções, tais como, segurança alimentar, revitalização de áreas degradadas, inclusão social e aumento da resiliência ambiental, como da capacidade de infiltração no solo e da conservação da biodiversidade.

Vale destacar as terminologias identificadas, até o momento, para descrever o fenômeno: hortas urbanas, jardins alimentares e jardins comestíveis. Utilizaremos o termo:

¹Seminário Internacional - Agricultura Urbana: Paisagens de inclusão. PROURB/FAU/UFRJ, 17/10/2017.

agricultura urbana (AU) por ser mais usual, global e abranger um leque maior de experiências, tratando-se de um conceito utilizado por organismos nacionais e internacionais.

O tema ainda é pouco explorado, mas, a cada dia, cresce, tanto o número de pesquisas, como o de experiências e práticas², considerando as crises ambientais globais e os desafios de se viver em cidades, especialmente, nas urbes abarcadas por desigualdades, insegurança e medo. De acordo com Bauman (2007, p. 97), "De um lugar relativamente seguro [...] a cidade passou a ser relacionada, principalmente nos últimos cem anos, mais ou menos, mais ao perigo do que à segurança".

O objetivo desse artigo é refletir acerca da AU como prática social de apropriação do espaço urbano. Assim, inicialmente, serão explorados alguns diálogos teóricos sobre o tema, além do estudo dos conceitos de urbano e de utopia experimental (LEFEBVRE, 2001), acreditando que estes auxiliarão na compreensão, leitura e análise do fenômeno da AU. A seguir, serão abordadas práticas e experiências de AU na cidade do Rio de Janeiro, visando apresentar algumas situações de uso e de apropriação do espaço urbano, além de um quadro sucinto do município em relação à temática. Os debates aqui expostos fazem parte das minhas investigações, em curso, da tese de doutorado.

O ACME – Jornal Internacional de Geografia Crítica - publicou, em 2017, um artigo que descreve um panorama da AU na Europa: "Introdução à AU na cidade neoliberal: perspectivas críticas europeias." ³ O artigo afirma que a AU retorna à paisagem das cidades do norte global nos últimos quinze anos, comprovando-se tal fato, tanto através da mídia (popular) como através de publicações acadêmicas, inclusive relatórios de participantes da prática. O trabalho destaca o potencial da AU na contribuição da segurança alimentar, da sustentabilidade, do empreendedorismo inovador e do "esverdeamento" da paisagem das cidades. No entanto, aponta que alguns geógrafos, especialmente da América do Norte, chamam a atenção para possíveis processos desiguais vinculados à prática da AU, como o racismo. Darly e McClintock (2017) afirmam, contudo, que essa visão, não ocorre na Europa.

Dessa forma, os autores defendem a necessidade de "desfetishize" a AU e de visualizar novas possibilidades que a prática oportuniza – vê-la como uma ferramenta emancipatória. A pesquisa investiga as contradições da prática da AU, que se articula tanto com agentes e

² "... as hortas urbanas são responsáveis por entre 15% e 20% de todo o alimento produzido no mundo e reúnem, atualmente, em torno de 800 milhões de agricultores urbanos no mundo, boa parte deles profissionais, segundo o estudo "Estado do Mundo - Inovações que Nutrem o Planeta", da World Watch Institute (WWI) - Instituto de pesquisa sobre questões ambientais, publicado em 2011." Disponível em: <https://www.brasilefato.com.br/2017/03/13/hortas-urbanas-produzem-20-dos-alimentos-consumidos-no-mundo/>- acesso em 20/11/2018.

³ DARLY S., McCLINTOCK N. Introduction to Urban agriculture in the neoliberal city: critical European perspectives. (224-231). *ACME :International Journal for Critical Geographies*, N. 16 (2), 2017. Disponível em: <https://www.acme-journal.org/index.php/acme/issue/view/104> - acesso em 20/11/2018.

processos do neoliberalismo, como de resistência. O estudo visa mostrar as facetas da AU e suas dicotomias – os esforços da prática tanto para a produção de lucro, como de bem-estar comunitário. Objetiva, ainda, desmistificar a análise convencional da AU e enfatizar o seu potencial e “... capacidade em forjar subjetividades anti-capitalistas, fomentar a ajuda mútua ou auxiliar no redirecionamento de prioridades municipais [...] para uma política social mais justa e equitativa...”⁴ (DARLY E McCLINTOCK 2017, p.229).

Já Groening (2004) entende a cultura de jardim e o desenvolvimento do espaço aberto como parte de uma abordagem para a democracia, ou seja, de uma sociedade democraticamente construída “... ‘próximo à natureza’ é uma categoria bastante imprópria se se quer situar a cultura de jardim e o espaço aberto dentro de uma estrutura de atividades sociais e políticas” (p.91). O autor defende a necessidade de uma prática social e da articulação de interesses dos diversos organismos políticos das comunidades para se planejar e desfrutar da atividade. Exemplifica com “... o movimento Kleingarten na Alemanha [onde] há mais de cem anos, a jardinagem em associação é uma faceta política social poderosa da cultura urbana de jardins” (p.92).

No Brasil o debate sobre AU se intensifica a partir de 2013, através de seminários e encontros promovidos pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), pelo Coletivo Nacional de Agricultura Urbana e pelo Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN), para citar alguns. Os diálogos englobam políticas públicas no âmbito federal e propostas para políticas que deem apoio às práticas de AU, destacando-se sua relação com a saúde.

“... AU não é uma panacéia para os problemas urbanos e socioambientais, causados por certo modelo de organização socioespacial, contudo é uma opção, dentre várias, tais como a agroecologia, as políticas de segurança alimentar e a economia solidária, que responde aos sinais do esgotamento das relações convencionais entre os chamados campo urbano e ambiental. Os sinais podem nos ajudar a assumir os problemas e vislumbrar novas formas de olhar e pensar a cidade e a sociedade que nela vive. A discussão sobre AU ainda é frágil e enfrenta desafios para a sua efetivação enquanto política social com rebatimento nas políticas urbanas. Pode assumir a forma de um projeto contra-hegemônico favorável à cooperação e às transformações sociais profundas ou favoráveis ao ideário neoliberal com respostas pontuais às carências urbanas desconsiderando problemas estruturais.” (COUTINHO, 2010, p.6)

Ressalta-se, ademais, que as tecnologias e as redes de informação virtuais, hoje, possibilitam-nos acompanhar experiências de AU que ocorrem em Curitiba, ou mesmo em Lisboa, Portugal. Ao longo da pesquisa, tenho acompanhado virtualmente, através de

⁴Tradução da autora. Texto original: “... ability to forge anti-capitalist subjectivities, to foster mutual aid, or help redirect municipal priorities – and material support – towards more just and equitable social policy...”

aplicativos e da mídia digital, práticas de AU em diversos países e localidades. Referimo-nos, assim, a um movimento global e com características e desenvolvimento locais que se inter-relacionam, tanto através da comunicação e compartilhamento de experiências em redes virtuais, como através da cumplicidade de objetivos, aspirações e necessidades da vida urbana contemporânea: equilíbrio com o meio ambiente, contato com a terra e com o outro, para citar alguns. Assim, as atividades envolvidas na prática da AU tocam em questões primordiais da humanidade e da condição humana (ARENDRT, 2007), como a alimentação, a terra, o cultivo, o plantio: germinar, nascer, crescer, florescer, morrer e renascer - o ciclo da vida.

O URBANO E A UTOPIA EXPERIMENTAL

Lefebvre (2001) traça uma linha histórica sobre a formação e o conceito das cidades, desde a inexistência da cidade ou do urbano e, a conseqüente, existência exclusiva da vida agrária até a urbanização total. Essa vinculada à industrialização. Nesse esquema temporal o filósofo identifica a cidade política, a cidade comercial e a cidade industrial e, então, descreve o ponto crítico da urbanização:

“A dificuldade maior, teórica e prática, vêm de que a urbanização da sociedade industrializada não acontece sem a explosão daquilo que ainda chamamos de “cidade”. Com a sociedade urbana se constituindo sobre as ruínas da cidade, como apreender os fenômenos em toda sua extensão, em suas múltiplas contradições? É aí que está o ponto crítico.” (LEFEBVRE, 2001, p.81)

Assim, o espaço urbano que nos referimos, onde vive a sociedade contemporânea, é o (lugar/território) dessa cidade “explodida”. Espaço marcado pelas pressões do mercado (capitalista), fragmentado e segregado e, no caso do Brasil, reflexo e condicionante das desigualdades sociais. Lefebvre aponta, ainda, a homogeneidade da cidade moderna e destaca que “... é inútil procurar racionalmente a diversidade: uma impressão de monotonia recobre [...] O urbano, [...] perdeu os traços e as características da obra, da apropriação.” (LEFEBVRE, 2001, p.83).

Segundo Lefebvre (2001), a socialização do urbano ou o urbano, somente entrou para o cotidiano através do consumo e de seus símbolos. O filósofo argumenta que “O urbano se baseia no valor de uso.” (p.87). Mas, “O mundo da mercadoria tem sua lógica imanente, a do dinheiro e do valor de troca...” (p.87). O autor defende, então, que apenas uma práxis poderá reunir o que “... se acha disperso, dissociado, separado, e isso sob a forma da simultaneidade e dos encontros.” (p.102).

Ao abordar o fundamento antropológico das necessidades sociais do ser humano, o filósofo e sociólogo engloba as necessidades específicas que abarcam a “necessidade de uma atividade criadora, de obra (e não apenas de produtos e bens materiais consumíveis),

necessidade de informação, de simbolismo, de imaginário, de atividades lúdicas.” (LEFEBVRE, 2001, p.105). O autor argumenta que o espaço vivido, como jogo, foi perdido com o funcionalismo e com a cotidianidade programada. Santos (2017), também, defende que a cidade deve ser viva e dinâmica, e que o lazer é o próprio cotidiano – criativamente apropriado.

Considerando esse contexto urbano, Lefebvre (2001) reflete sobre abordagens e “instrumentos intelectuais” alternativos de apreensão e leitura das cidades e dentre eles a utopia experimental:

“A utopia deve ser considerada experimentalmente, estudando-se na prática suas implicações e consequências. Estas podem surpreender. Quais são, quais serão os locais que socialmente terão sucesso? Como detectá-los? Segundo que critérios? Quais tempos, quais ritmos de vida cotidiana se inscrevem, se escrevem, se prescrevem nesses espaços “bem sucedidos”, isto é, nesses espaços favoráveis à felicidade? É isso que interessa.” (LEFEBVRE, 2001, p.110)

O que dentro de nossa sociedade urbana ou do “urbano” - fragmentado, disperso e desigual - podemos transformar? A utopia experimental seria essa sociedade factível - como campo de possibilidades urbanas. Os movimentos de ocupação de vazios urbanos que se consolidam através de práticas de AU, e ainda, os espaços tradicionais de resistência da AU nas periferias das cidades seriam utopias experimentais? Uma das afirmativas da “Roda de Conversa com iniciativas de AU do Rio de Janeiro”⁵, ao abordar o plantio de uma horta em frente aos Arcos da Lapa⁶, no centro do Rio de Janeiro, foi a de que estamos vivendo utopias realizáveis.

As práticas de AU ocorrem no plano das cidades e do cotidiano e supomos que tais práticas podem auxiliar no combate à homogeneidade, a essa “... miséria do habitante submetido a uma cotidianidade organizada (na e pela sociedade burocrática de consumo dirigido)” (LEFEBVRE, 2001, p.138), através de novas alternativas de apropriação e narrativas

⁵ Plante Rio - Terceira Edição: “Alimentar o planeta: comida sem veneno, agricultura urbana, sementes e futuro do consumo” – Evento ocorrido em 3/11/2018, Fundação Progresso, Rio de Janeiro. Promovido por várias entidades e coletivos: Organicidade; Multirão Agroflorestal; PermaculturaLab e Carpe; entre outros.

⁶<https://oglobo.globo.com/sociedade/sustentabilidade/plante-rio-vai-cultivar-horta-urbana-nos-arcos-da-lapa-20258103> – acesso em 20/11/2018.

dos territórios urbanos. Ou mesmo através de outras - múltiplas e diferenciadas - relações com o espaço urbano.⁷

Acreditamos que as práticas coletivas da AU, assim como outras práticas sociais contemporâneas de apropriação afetiva do espaço urbano através de intervenções temporárias (FONTES, 2013; MELLO e ARAUJO, 2018), possuem a potencialidade de reativar esse “urbano”, essa “... forma da simultaneidade, da reunião, da convergência...” (LEFEBVRE, 2001, p.86).

Dardot e Laval (2016) refletem sobre o tema: comum. Defendem que o princípio político do comum surge hoje como a alternativa política frente ao neoliberalismo. Tanto através de movimentos e lutas ambientais e sociais globais, como através de práticas democráticas (locais) de autogestão, traduzindo-se, tais movimentos, em formas de libertação do sistema econômico vigente. Rolnik (2015) também acredita que uma alternativa possível seria o investimento em territórios comuns, que principiarem novos modelos de gestão do espaço urbano, exemplificando com as hortas urbanas a com as habitações populares construídas e geridas pelos moradores.

Nagib (2016) reflete sobre a AU como ativismo na cidade de São Paulo e aponta que a origem conceitual das práticas de AU contemporâneas remete à contracultura, nascida nos Estados Unidos no final dos anos de 1960 e início de 1970 – “guerrilla gardening” (horticultura de guerrilha ou guerrilha verde). O autor defende, ainda, que as hortas urbanas produzem uma nova visão de cidade, de como se imaginar e praticar seus espaços, considerando que são iniciativas de ocupação do espaço público sem vínculos à comercialização de produtos.

Considerando as reflexões teóricas aqui abarcadas sobre as dimensões do urbano e o fenômeno da AU como prática social de apropriação do espaço, abordaremos duas perspectivas referentes aos movimentos de AU na Cidade do Rio de Janeiro. De um lado, as práticas dos agricultores tradicionais que se mantêm e resistem em seus territórios, hoje, áreas periurbanas; e, de outro, as práticas coletivas insurgentes, ora de coletivos urbanos⁸, ora de comunidades locais, que se apropriam de espaços (públicos) urbanos, em geral, áreas intra-urbanas, através de intervenções temporárias (FONTES, 2013). Ambos os movimentos são iniciativas de “botton-up” (de baixo para cima) que, atualmente, se aproximam e se complementam.

⁷ “Função transformadora da prática da agricultura urbana, na medida em que transforma as pessoas e suas experiências urbanas.” Questão abordada no Seminário Internacional - Agricultura Urbana: Paisagens de inclusão, PROURB/FAU/UFRJ, 17/10/2017.

⁸ SANTOS, Priscila G. O fenômeno dos coletivos urbanos: um desafio à lógica produtivista? (10410-10428). ENANPARQ: 2018.

PRÁTICAS DE AGRICULTURA URBANA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

As práticas de AU na Cidade do Rio de Janeiro, como na maioria das cidades do Brasil não é recente. Elas abrangem diversas atividades, como hortas em escolas, em quintais, em parques, em praças públicas, em vazios urbanos e áreas residuais, além do plantio e beneficiamento de plantas medicinais, da produção de fitoterápicos e da realização de feiras urbanas, entre outras. Inserem-se, geralmente, em pequenas áreas e os produtos destinam-se à subsistência ou venda em pequena escala.

Hoje, não há uma política de AU no município, porém há programas e projetos como o “Hortas Cariocas”⁹, projeto da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, destinado a comunidades/favelas e a Rede Municipal de Ensino. Ressalta-se, também, a existência das redes da sociedade civil, como a Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU), movimento social que agrega pessoas e organizações na defesa da agroecologia, tendo como uma de suas atividades o apoio técnico a agricultores tradicionais e quilombolas.

A partir de 1999 surgem programas de agricultura direcionados a áreas urbanas do Rio de Janeiro, tem-se como exemplo a AS-PTA - Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura, que atua na capacitação técnica de comunidades em zonas intra e periurbanas. Os programas de agricultura, anteriormente, abrangiam somente o contexto rural. A AS-PTA¹⁰ destacou alguns dados da atividade de AU na cidade: aproximadamente, 80% participantes são mulheres; mais de 50% vêm do interior ou de outros estados; e, ainda, mais de 70% possuem alguma relação com a agricultura.

Assinala-se, também, o trabalho da Frente Parlamentar de Segurança Alimentar e da Agricultura Urbana¹¹, criada em 2017, com membros do poder legislativo municipal em parceria com a sociedade civil, como o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Rio (CONSEA). A Frente Parlamentar apresenta-se como um dos reflexos ou resultados das reivindicações dos movimentos sociais populares ligados à alimentação saudável e à agricultura urbana e familiar; e debate, entre outros tópicos, políticas de apoio aos sistemas alimentares eficientes e inclusivos, considerando as dinâmicas entrelaçadas do morar e do

⁹ <http://www.rio.rj.gov.br/web/smac/hortas-cariocas> – acesso em 17/11/2018.

¹⁰ Dados divulgados pela AS-PTA no Seminário Internacional - Agricultura Urbana: Paisagens de inclusão, PROURB/FAU/UFRJ, 17/10/2017. <http://aspta.org.br/> – acesso em 17/11/2018.

¹¹ http://www.camara.rj.gov.br/frente_parlamentar – acesso em 17/11/2018.

plantar. Dentre os objetivos do grupo, destaca-se a aprovação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar (LOSAN).

Inicialmente, observamos duas frentes distintas e complementares das paisagens da AU na cidade do Rio de Janeiro. Por um lado, identificamos os agricultores tradicionais, e entre eles, os quilombolas. Estes se localizam, em geral, na periferia - zona oeste da cidade, região tradicional da agricultura e que vem se transformando com a intensa urbanização. Os produtores/ agricultores familiares vêm resistindo a esse processo e enfrentando esse desafio coletivamente, através do fortalecimento das redes, dos conselhos e dos espaços políticos da sociedade civil organizada; e, ainda, a partir da troca de experiências. O principal desafio desses praticantes de AU na cidade do Rio de Janeiro, hoje, é a resistência à especulação imobiliária.

Tais práticas localizam-se, em geral, em áreas periurbanas, citam-se como exemplos os bairros de Vargem Grande e Jacarepaguá. Grande parte das plantações é feita em quintais e os produtos são comercializados em feiras, como a Feira Agroecológica de Campo Grande, a Feira Agroecológica da Freguesia (figura 1), a Feira da Roça de Vargem Grande, e, ainda, através da Rede Ecológica¹², uma rede ou movimento social que fomenta o consumo solidário e ecológico, organizando a distribuição de produtos através de núcleos espalhados pela cidade, entre outras atividades. A geração de renda, a inclusão social e a integração e sociabilidade destacam-se como alguns dos benefícios da prática.

Figura 1: Feira Agroecológica da Freguesia (FAFRE)



Fonte: <http://sertaocarioca.org.br>

¹² <http://redeecologicario.org> – acesso em 17/11/2018.

Têm-se como exemplo dessa vertente, os quintais quilombolas - espaços produtivos familiares.¹³ O Parque Estadual da Pedra Branca, antiga zona rural do Rio de Janeiro afigura-se como um dos territórios residuais dessa prática. Estes se apresentam como espaços de resistência, tanto à urbanização e ao loteamento, como resistência na preservação de processos ecológicos e de biodiversidade nativa. A agricultura é a principal atividade no local hoje; e foi, originalmente, a base da subsistência dos quilombos. O cultivo é feito com ênfase nas tradições herdadas dos escravos, preservando a memória da comunidade negra. Tais práticas de AU revelam as diversas dimensões do espaço - espaço da produção, dos saberes, do encontro e do cotidiano. Destacam-se como características da atividade: a prática por mulheres (da população pobre e periférica); a produção, majoritariamente, orgânica e de alimentos e medicinais.

Outro caminho das práticas de AU na cidade são as iniciativas dos coletivos urbanos, tratando-se de práticas sociais de apropriação do espaço (público) urbano, um fenômeno mais recente que possui como característica a ocupação de vazios urbanos, áreas públicas ou privadas intra-urbanas, em geral. A busca por uma lógica alternativa de vivenciar as cidades e seus espaços públicos, a preocupação com o meio ambiente e com uma alimentação saudável são algumas das motivações da prática. A AU como prática sócio-espacial coletiva de [re]apropriação do espaço urbano vai ao encontro de muitas outras experiências contemporâneas de intervenções temporárias do espaço através da arte, festas ou usos espontâneos (FONTES, 2013).

A prática da AU pelos coletivos urbanos na contemporaneidade pode produzir espaços múltiplos, multifuncionais, dinâmicos, inclusive nômades (DEMAILLY e DARLY, 2017). Segundo relato de uma participante da Horta das Corujas em São Paulo ¹⁴, os espaços da AU são espaços vivos, que necessitam de cuidados e de praticantes que cultivem o solo, colham os frutos e replantem – o processo é vivo. Um grupo se forma, cria uma horta que funciona com os mutirões, caso o grupo se desarticule, a horta “morre” e simultaneamente vão surgindo outros grupos e outras hortas.

As práticas da AU movem-se pela cidade neoliberal nos espaços residuais que surgem; movem-se de acordo com o tempo dos participantes (para os quais a AU é uma atividade vinculada a uma consciência político-planetária-ambiental); movem-se conforme o ciclo da vida: germinar, florescer, colher, morrer e renascer; movem-se com as relações sociais que

¹³ Prática de agricultura urbana apresentada pela pesquisadora e professora Rita Montezuma (MPAP/ PROURB e PPSGEO-UFF): Quintais quilombolas e soberania alimentar: espaços produtivos familiares no contexto da expansão urbana do Rio de Janeiro, no Seminário Internacional - Agricultura Urbana: Paisagens de inclusão - PROURB/FAU/UFRJ, em 17/10/2017.

¹⁴ “Hortas urbanas produzem 20% dos alimentos consumidos no mundo - Prática tão antiga quanto a existência das cidades, a agricultura urbana tem atraído cada vez mais adeptos”. Rede Brasil Atual: 2017. Disponível em: <https://www.brasilefato.com.br/2017/03/13/hortas-urbanas-produzem-20-dos-alimentos-consumidos-no-mundo/> - Acesso em 20/11/2018.

surgem no espaço, com os encontros, com os grupos e agentes mutantes (que alternam a cada fim de semana, pois os participantes dos mutirões variam, não são fixos, mas flexíveis) – a estrutura é aberta, temporária, “impermanente”. Assim, os espaços da AU desterritorializam-se e reterritorializam-se (DELEUZE e GUATTARI, 1999) abertamente e fluidamente. “O argumento aqui é que o espaço é igualmente vivo e igualmente desafiador [como o tempo]... longe de ser morto e fixo.” (MASSEY, 2015, p.35)

Dentro desse olhar, sublinhamos a experiência da horta comunitária do bairro Ecologia¹⁵ (figura 2), em Seropédica, Rio de Janeiro, próximo ao campus da UFRRJ; onde, a partir da iniciativa de um morador e professor do Instituto de Agronomia (UFRRJ) para a criação de uma horta, suscitou a mobilização de alguns vizinhos do entorno. Inicialmente, a Universidade apoiou na preparação de um terreno na entrada do bairro, onde lixo e resíduos eram depositados; posteriormente, a Associação dos Moradores do Bairro Ecologia (AMBE) deu suporte ao movimento. Hoje, os mutirões acontecem a cada vinte dias, quando há, inclusive, confraternização entre os moradores. São plantadas espécies medicinais e hortaliças, entre outras. A horta causou um impacto social significativo na região, pois despertou o interesse dos moradores em ocupar outros vazios urbanos, em cuidar de vias e em criar um grupo de paisagismo do bairro, entre outras ideias. Os participantes, inclusive as crianças, passam por processos de conscientização ambiental. Ressalta-se que os participantes são pessoas de todas as idades e classes sociais.

Figura 2: A horta comunitária da Ecologia – bairro Ecologia, Seropédica.



Fonte: <http://portal.ufrrj.br/horta-comunitaria-redefine-a-relacao-dos-moradores-com-a-natureza/>

¹⁵Prática de agricultura urbana apresentada pelo professor Antonio Abbud (UFRRJ) no Seminário Internacional - Agricultura Urbana: Paisagens de inclusão - PROURB/FAU/UFRRJ, em 17/10/2017.

Comparando-se os dois enfoques da prática de AU na cidade, na última situação, isto é, as iniciativas dos coletivos urbanos, em geral, são intra-urbanas; os agentes ou cuidadores são profissionais de outras áreas que se apropriam da atividade, ocupando vazios urbanos, motivados pela conscientização da questão ambiental, pela alimentação orgânica, ou, ainda, pelas áreas verdes. Já as práticas tradicionais de agricultura, geralmente, em áreas periurbanas, contam com maior apoio de organizações da sociedade civil, de organizações não governamentais e do governo local; ocupam áreas maiores e a atividade pode ser fonte de renda, de subsistência, gerando inclusão social, além dos benefícios sociais, como lazer e encontro.

Destaca-se, nos dois casos, a narrativa dos espaços de resistência das práticas de AU. Seja pela permanência no território (no caso dos agricultores tradicionais que se mantém e resistem na luta pelo direito a terra); pela manutenção da paisagem (no tempo); e, pelo uso (do espaço geográfico). Sejam pelas [re]apropriações do espaço (público) urbano pelos coletivos urbanos, ações táticas (CERTEAU, 1998), usos que transgredem a função original do urbanismo (hegemônico) e se apropriam afetivamente do espaço, criando os espaços de liberdade¹⁶. De um lado o discurso é de resistência pelo uso tradicional do território; e, de outro, pela [re]apropriação do espaço pelo novo uso. No entanto, ambos marcam a resistência por apropriações democráticas do espaço urbano. Logo, supomos que seriam exemplos de utopias experimentais.

As práticas da AU oportunizam a ressignificação e relugarização de espaços - a criação de novas paisagens identitárias e simbólicas, "... lugarizar – significa atribuir sentido, na base de algum tipo de vivência..." (SOUZA, 2013, p. 123 e 124). E, ainda, trava-se uma disputa (silenciosa e pacífica) entre territórios geográficos, simbólicos e ideológicos, inclusive, com o questionamento de valores da sociedade contemporânea; criando "[...] diferentes formas de se relacionar com os lugares e de (descre)vê-los, imaginá-los, senti-los e reinventá-los" (p. 134).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo apresentou leituras e discursos sobre AU orientados por práticas (no Brasil e em outros países); pela discussão e interpretação do tema em eventos nacionais e internacionais; e, por contribuições de autores que vislumbram a temática como espaços

¹⁶A ideia de "espaços de liberdade" é empregada por Careri (2013). O autor aborda o Internacional Situacionista, movimento de cunho político e artístico ocorrido na década de 1960. Os situacionistas projetavam ações estéticas e revolucionárias para agirem contra o controle social, buscando no cotidiano os desejos latentes em substituição aos impostos. Um meio lúdico de reapropriação do território. Dessa forma, o uso do tempo e do espaço, construiria os "espaços de liberdade".

revolucionários no âmbito das ideias, das ações e dos resultados. Dessa forma, foram abordadas experiências de AU na cidade do Rio de Janeiro, evidenciando os espaços de resistência da atividade através de dois olhares: as práticas de AU tradicionais e as novas práticas coletivas insurgentes. Ainda, buscou a compreensão de suas dinâmicas “singulares e plurais” – “lugar de transformações e apropriações” do (espaço) urbano (CERTEAU, 1998, p.175 e 174). Ademais, almejou dar visibilidade ao fenômeno da AU, que marca apropriações democráticas do espaço urbano e que possui potencial de troca e intercâmbio entre saberes.

Ressaltamos que ao olharmos a AU como prática social de apropriação do espaço urbano, estamos mirando à cidade e seus espaços: públicos, privados e coletivos. Estamos também, e, especialmente, tratando das pessoas, das práticas sociais que se refletem nos espaços, de seus espaços de vida - não só físicos e geográficos, mas políticos, sociais, culturais e simbólicos - onde se configuram e se materializam nossas ações, desejos, necessidades e motivações. (COSGROVE, 2008; LEFEBVRE, 1999).

Corrêa (1993) argumenta que o espaço urbano é fragmentado e articulado; reflexo e condicionante social. Ainda, é um conjunto de símbolos e campo de lutas pelo direito à cidade. Configura-se, assim, como território de disputas constantes; e, imaginamos que a resistência encontra-se no cotidiano, como nas apropriações do espaço pelas práticas da AU na cidade do Rio de Janeiro. Ora através da permanência dos agricultores familiares e quilombolas nos territórios tradicionais de agricultura na cidade, ora através das novas, “impermanentes”, transitórias e contemporâneas [re]apropriações dos espaços públicos pelas intervenções temporárias de hortas urbanas.

A institucionalização da prática da AU, através de políticas públicas, garantindo e possibilitando a manutenção dos espaços democráticos da atividade, apresenta-se como um dos desafios da prática, não somente na Cidade do Rio de Janeiro, foco do presente estudo, mas, a nível federal. Considerando a fragilidade de ações isoladas, torna-se necessário pensar-se na aplicabilidade de ações de forma mais abrangente; e, em como estruturar práticas de “botton up”. Nesse sentido os estudos de Rosa (2011) apontam alguns caminhos.

Podemos perceber paisagens de AU em muitas outras cidades ou países, pois o movimento é global, apesar de a ação ser local. E, considerando serem movimentos que marcam resistência (através da apropriação do espaço urbano), não só à mercantilização, como à especialização e fragmentação dos espaços, poderíamos afirmar que são utopias experimentais? Este é um debate em construção, percebemos, no entanto, que os espaços da prática de AU são multifuncionais, lugares onde a troca, a participação e o encontro se destacam. Remetemos e refletimos, assim, sobre o conceito de urbano para Lefebvre, “É uma forma mental e social, a forma da simultaneidade, da reunião, da convergência, do encontro...” (LEFEBVRE, 2001, p.86).

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2007.
- BAUMAN, Zygmunt. *Vida Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- CARERI, Francesco. *Walkscapes— o caminhar como prática estética*. São Paulo: Editora G. Gili, 2013.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano – artes de fazer*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.
- CORRÊA, Roberto L. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1993.
- COSGROVE, Denis. Geography is everywhere: Culture and symbolism in human landscapes. (176-185). In: [Org.] Oakes, Timothy; Prince, Patricia. *The Cultural Geography Reader*. Nova York: Routledge Taylor & Francis Group, 2008.
- COUTINHO, Maura N. *Agricultura urbana: práticas populares e sua inserção em políticas públicas*. Dissertação de mestrado: Instituto de Geociências – UFMG, Belo Horizonte, 2010.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. *A Nova Razão do Mundo - Ensaio sobre a Sociedade Neoliberal*. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.
- DARLY, Ségolène; MCCLINTOCK Natahan. Introduction to Urban agriculture in the neoliberal city :critical European perspectives. *ACME : International Journal for Critical Geographies*, N. 16 (2), 224-231, 2017.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34, Vol.4, 1997
- DEMAILLY, Kaduna-Éve; DARLY, Ségolène. Urban agriculture on the move in Paris: The routes of temporary gardening in the neoliberal city. *ACME :International Journal for Critical Geographies*, N. 16 (2), 332-361, 2017.
- FONTES, Adriana Sansão. *Intervenções temporárias, marcas permanentes: apropriações, arte e festa na cidade contemporânea*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra - FAPERJ, 2013.
- GROENING, Gert. Garden Culture e Desenvolvimento de Open Spaces como parte de uma sociedade democraticamente constituída. (79-98). In: Mendonça, Francisco (org.) *Impactos Socioambientais Urbanos*. Curitiba: Editora UFPR, 2004.
- HARVEY, David. *Espaços de Esperança*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.
- MASSEY, Doreen. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

MELLO, Claudia S. de; ARAUJO, Eloisa C. de. Práticas coletivas urbanas de apropriação do espaço público - o estudo de caso da Praça Radial Sul (9653-9667). *ENANPARQ*: 2018.

NAGIB, G. *Agricultura urbana como ativismo na cidade de São Paulo: o caso da Horta das Corujas*. Dissertação de mestrado: Departamento de Geografia - PPGGH-USP, São Paulo, 2016.

OLIVEIRA, Lara; ABREU, Lucimar, S. de. Associativismo e mercado alternativo: agricultura urbana na Zona Oeste do Rio de Janeiro. IX Congresso Brasileiro de Agroecologia – Belém/PA – 28.09 a 01.10.2015

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos Lugares*. Boitempo, 2015.

ROSA, Marcos L. *Micro Planejamento: Práticas Urbanas Criativas*. São Paulo: Editora de Cultura, 2011.

SANTANDREU, Alain; LOVO, Ivana C. Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção. *REDE-IPES/RUAF*, Belo Horizonte, 2007.

SANTOS, Carlos N. F. *Sementes urbanas 1*. Niterói: Eduff, 2017.

SANTOS, Priscila G. O fenômeno dos coletivos urbanos: um desafio à lógica produtivista? (10410-10428). *ENANPARQ*: 2018.

SOUZA, Marcelo L. de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.